

A AUSÊNCIA/PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NA FALA DOS MORADORES DA ZONA RURAL DE MATIPÓ E ABRE CAMPO – MG

Andréia Almeida Mendes (UFMG; DOCTUM; VÉRTICE)
andrealettras@yahoo.com.br

1. Considerações iniciais

Este estudo tem como objetivo investigar a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes de Matipó e Abre Campo – MG. A hipótese inicial baseou-se no fato de que os habitantes de cidade de Abre Campo têm como característica de sua fala a ausência de artigo definido diante de antropônimos; os habitantes de Matipó, por sua vez, possuem registrada a presença de artigo definido nesse mesmo contexto.

As cidades estudadas são localidades limítrofes, estando uma a 22 Km da outra. Devido a isso, torna-se curioso o fato desse fenômeno sintático se apresentar em variação. A maior presença ou ausência de artigo definido em determinados contextos será analisada como um processo de inovação e retenção linguística, respectivamente; e, serão buscados os fatores que poderão possivelmente explicar esse fato.

Inicialmente, será analisado o surgimento e o processo de implementação pelo qual o artigo passou até chegar à língua portuguesa. Na próxima seção, o antropônimo será definido para só depois analisar o que as gramáticas de língua portuguesa e os estudos anteriores a respeito desse assunto dizem a respeito do uso do artigo nesse contexto.

Posteriormente, será apresentado um histórico das localidades em estudo, os pressupostos teóricos, a hipótese inicial e os procedimentos teórico-metodológicos. Para finalizar o trabalho, os dados serão analisados e as considerações finais serão apresentadas.

2. O artigo

O artigo é uma categoria morfológica encontrada nos idiomas românicos que não existia no latim clássico. Essa classe de palavras “só aparece nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores tardios.” (COUTINHO, 2004, p. 251). Eles são determinantes do substantivo; junto a ele, os artigos formam um grupo nominal – SN; devido a esse fato, alguns estudiosos consideram o artigo definido como expressão de uma categoria do nome – a categoria da determinação.

Hay lingüistas que sostienen que la aparición del artículo en el latín se debe a la influencia griega, ejercida desde las traducciones: al verter un libro griego al latín, el traductor sentía la necesidad de consignar también el artículo, tan frecuente en el texto original, y satisfacía la necesidad recurriendo a un demostrativo que, desde el punto de vista del sentido, estaba muy próximo al artículo. (IORDAN Y MANOLIU, 1972, p. 245)¹

O artigo procede do sistema demonstrativo latino; na maioria das línguas românicas, o artigo definido provém do pronome *ille* (aquele); mas, em outras línguas românicas como o sardo e o catalão, o artigo definido se origina do pronome *ipse* (mesmo, próprio).

Com o tempo, os pronomes demonstrativos acabaram se transformando no artigo definido.

El demostrativo indica ciertas relaciones de distancia entre un objeto y el espacio em que se realiza la comunicación, elementos que son conocidos por los hablantes. El artículo definido tiene em papel semejante: se refiere a um objeto conocido, a lo menos, por el hablante. (IORDAN Y MANOLIU, 1972, p. 246)²

¹ Há linguistas que sustentam que a aparição do artigo no latim deve-se à influência grega, exercida desde as traduções: ao traduzir um livro ao latim, o tradutor sentia a necessidade de traduzir também o artigo, tão frequente no texto original, e satisfazia a necessidade recorrendo a um demonstrativo que, do ponto de vista do sentido, estava muito próximo do artigo (tradução nossa).

² O demonstrativo indica certas relações de distância entre o objeto e o espaço em que se realiza a comunicação, elementos que são conhecidos pelos falantes. O artigo definido tem um papel semelhante: refere-se a um objeto conhecido, ao menos, pelo falante. (tradução nossa)

Assim, o artigo definido nas línguas românicas é o resultado de uma reorganização do sistema dêitico latino. Como já foi dito, no caso da língua portuguesa e de grande parte das línguas românicas, o artigo se originou do pronome demonstrativo *ille*. Para Coutinho (2004, p. 251), prova disso é a conservação do *l* nas línguas românicas – francês: *le, la*; provençal: *lo, la*; castelhano: *el, lo, la*; italiano: *il, lo, la*; inclusive o português em sua fase arcaica aparecia sob a forma *lo, la*.³

Segundo Coutinho, o processo de transformação que ocorreu para que o pronome *ille* se originasse na forma atual que temos do artigo definido foi a seguinte:

illu – elo – lo – o

illa – ela – la – a

illos – elos – los – os

illas – elas – las – as

O *i* - deu regularmente *e*-; a consoante dupla *-ll-* simplificou-se. A queda do *e* inicial resultou de ser o artigo palavra proclítica: *elos campos, ela casa*. Em certos casos, tornava-se o *-l-* intervocálico: *de lo chão, a la pedra, pera los rios*. Nesta posição, ele caía. Surgiram então *o, a, os, as*. Estas formas que a princípio só apareciam nas circunstâncias, depois se generalizaram. (COUTINHO, 2004, p. 251).

Segundo Cunha (1975, p. 144), dá-se nome de artigo definido as palavras *o* (com variações *a, os, as*), que se antepõem aos substantivos para indicar que se trata de um ser claramente definido.

Llorach (1970, p. 170) afirma que o artigo definido, embora seja também um determinante, *o* é de maneira diferente dos demais. Ele seria, no caso, um acidente do substantivo, assim como os morfemas de número, podendo estar presente ou não, acarretando com isso, uma diferença de significado.

Bechara chama atenção para o valor atualizador do artigo:

³ “Em ‘el-rei’, provavelmente, o artigo está apocopado. Antenor Nascentes assim explica esta apócope: ‘a rapidez com que os arautos da corte deviam pronunciar a expressão ‘elo rei’ ao anunciarem a presença do soberano, acarretou a apócope do ‘-o’ final do artigo criando-se então a locução estereotipada ‘el-rei’.” (COUTINHO, 2004, p. 251).

O artigo definido identifica o objeto designado pelo nome a que se liga, delimitando-o, extraindo-o de entre os objetos de mesma *classe* como aquele que já foi (ou será imediatamente) conhecido do ouvinte quer através do discurso (que dele faz menção) quer pela “dêixis” (que o mostra, ordenando-o espacial e temporalmente), quer pelo contexto idiomático, no qual a palavra é quando não ulteriormente determinada, nome de conceito ou de toda uma classe de objetos. (BECHARA, 2001, p. 153).

3. *O antropônimo*

A Antroponímia é uma das áreas de estudo da Onomástica que tem como objeto de estudo o antropônimo – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e alcunhas ou apelidos.

Câmara Júnior afirma que:

Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antropônimos que formam uma locução. Aí, se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, que situa melhor o indivíduo em função da sua procedência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral de uma circunstância de nascimento. (CÂMARA JÚNIOR, 1984, p. 53-54).

Para Dubois *et al* (1998), o nome próprio é uma subcategoria de nomes formada de termos que, semanticamente, referem-se a um objeto extralinguístico, específico e único, destacado por sua denominação dos objetos da mesma espécie. Desse modo, para esses autores, um nome próprio não possui outra significação senão a do nome dele próprio, uma vez que não é possível reconhecer as propriedades do indivíduo que o classifiquem como membro de classe.

Lyons (1977) propõe que os nomes próprios possuem o que ele considera como referência. A referência é uma noção dependente do enunciado, assim, quando dizemos que uma expressão de uma frase possui referência, partimos do princípio que essa mesma frase poderia ou não ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto particular.

Cabe lembrar que determinado nome próprio é pronunciado, principalmente quando o informante sabe que a pessoa referida faz parte do universo de conhecimento do pesquisador; caso contrário, ele tende a utilizar descrições definidas em lugar dos respectivos antropônimos.

4. *O artigo definido e o antropônimo*

De acordo com as gramáticas tradicionais,

Todo nome se rége sem artigo, e o caso genitivo muitas vezes se rége desta preposição de. (BARROS, 1971, p. 313).

Os nomes próprios de pessoa não levam artigo, porque aquele a quem falo em geral não conhece, uma por uma, as pessoas que eu conheço (...) Na linguagem de intimidade (...) antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas daqueles com quem conversamos. (SAID ALI, 1971, p. 186)

É frequente no Brasil e em Portugal o uso do artigo definido antes de nomes de batismo, o que lhes daria um tom de afetividade ou familiaridade (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 218).

Segundo Neves (2000, p. 404), o artigo definido é utilizado antes de antropônimos de pessoas conhecidas ou famosas, especialmente no registro coloquial. A autora reconhece, entretanto, que esse é um uso ligado a costume regional, familiar e, por isso, também há ocorrências de antropônimos sem o artigo.

Apesar das prescrições gramaticais acima, o que se percebe, no entanto, é que, tanto em outras línguas como no português, existe um comportamento diferenciado a respeito da ausência/presença do artigo. Em trabalhos anteriores como o de Moisés (1995), constatou-se que no português culto de Belo Horizonte há uma tendência ao emprego do artigo definido; no de Mendes (2000), percebe-se que os falantes idosos de Barra Longa tendem a utilizar o artigo zero antes do antropônimo; e no de Amaral (2003), no qual foram realizadas entrevistas nas cidades de Paracatu, Minas Novas e Campanha, mostrando que o fenômeno estudado “parece configurar áreas linguísticas no espaço mineiro diferentes daquelas em que estão os falares propostos por Zágari”; nota-se que a presença/ausência do artigo diante de antropônimo parece configurar um caso de variação dialetal em Minas Gerais.

5. *Pressupostos teóricos*

A pesquisa adota os pressupostos teóricos da Dialectologia e da Sociolinguística, estes tendo por base os estudos de Labov (1972) e Milroy (1980) e (1992), vendo a língua como variável, considerada

em seu contexto sociocultural, uma vez que é uma prática social; e aqueles baseados nos estudos de Rossi (1963) e (1980) e Nascentes (1922) e (1958), com o intuito de realizar uma descrição dos dados coletados.

Toda a língua apresenta variação interna, mas essa variação obedece a certos limites já que a língua necessita cumprir a necessidade primordial da comunicação, essa variação, por sua vez, considera diferenças diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas; assim, podemos afirmar que a língua é inerentemente variável e organizada.

Foi a Dialetoлогия quem chamou, inicialmente, a atenção para a variação linguística, através do registro das diferenças dialetais que tinham a preocupação de resgatar os dados e registrar os diferentes estágios da língua. No entanto, ao se limitar a descrever os dados e sua distribuição geográfica, a Dialetoлогия esqueceu-se de analisar as razões que motivaram a sua distribuição.

É nesse ponto que a Sociolinguística soma à Dialetoлогия, ao se unir as duas disciplinas, pode-se somar a descrição linguística dos dados, tentando analisar as razões que motivaram a sua distribuição.

A Sociolinguística, por sua vez, estuda os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala, formalizando-os analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis. “Ela parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível”. (MOLLICA, 1992, p. 14)

O fenômeno da ausência/presença do artigo diante de antropônimos será então analisado à luz da variação linguística, razão pela qual se observará que a implementação do artigo diante de antropônimo ocorreu através do tempo, dando enfoque tanto dialetológico ao analisar localidades diferentes, quanto sociológico, tentando analisar os fatores que determinam essa variação. O gráfico que segue, de natureza quantitativa, retrata o contínuo diacrônico desse fenômeno; nele, comparam-se textos escritos desde o século XIII até hoje do português de Portugal com textos do século XIX do português do Brasil; podendo analisar o uso das duas variantes. Percebe-se que o percentual de uso do artigo definido diante de antropônimos cresce

gradativamente do século XIV até hoje ocorrendo um aumento significativo nos últimos três séculos principalmente no Brasil.

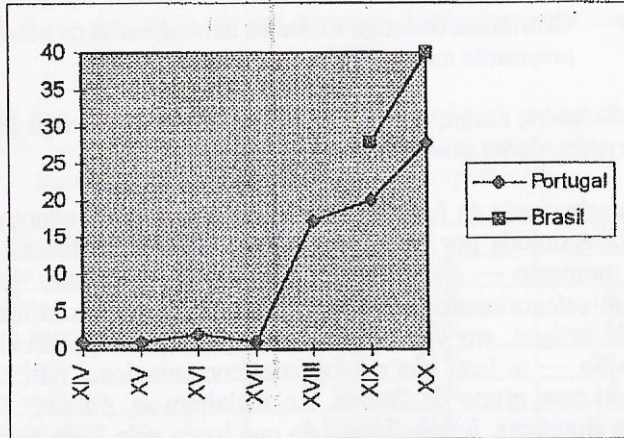


Gráfico 2 — Freqüência de uso do artigo diante de antropônimos

Fonte: CALLOU e SILVA, 1997.

6. Hipótese e procedimentos teóricos adotados

A escolha destas duas cidades ocorreu devido ao fato de que apesar de serem próximas (22 km), essas duas localidades possuem sua fala marcada pela ausência/presença do artigo definido diante dos antropônimos. A hipótese inicial proposta neste trabalho baseia-se no fato de que se encontrar mais ausência de artigo definido no contexto de antropônimo na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo (Pouso Alto) e mais presença de artigo definido na fala dos moradores de Matipó (Córrego dos Lourenços) nesse mesmo contexto.

O *corpus* se baseou em 8 narrativas orais com duas faixas etárias: uma formada por falantes idosos com mais de 70 anos e outra por jovens com idade entre 18 a 30 anos, em um total de 620 dados,

sendo que 206 ocorreram no Pouso Alto, zona rural de Abre Campo e 414 no Córrego dos Lourenços, zona rural de Matipó. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, sendo que nas entrevistas gravadas na zona rural de Abre Campo, houve a presença de uma terceira pessoa.

Esses dados foram quantificados sem o auxílio de programas computacionais, pois acreditou-se que um maior contato com os dados daria maior sensibilidade linguística à pesquisadora. Foram considerados os seguintes fatores: localidade (Pouso Alto, zona rural de Abre Campo e Córrego dos Lourenços, zona rural de Matipó), gênero (masculino e feminino), idade (18 a 30 anos e acima de 70 anos), tipo de antropônimo (nome próprio de pessoa, sobrenome, apelido, nome completo, hipocorístico), grau de intimidade do informante em relação ao antropônimo a que se refere (pessoas mais próxima e pessoa mais distante), antropônimo em estrutura de genitivo (ausência ou presença de artigo). Analisou-se também o papel desempenhado pelo relacionamento em rede dos informantes de cada uma das localidades.

7. *Análise dos dados*

Ao se analisarem os dados de cada localidade obtidos pela quantificação, percebe-se que as referidas cidades apresentam critérios diferentes para a utilização ou não do artigo definido nesse contexto de antropônimo.

Ao se analisar o fator localidade em Abre Campo, verificou-se 206 ocorrências de antropônimos: 107 não eram articuladas (52%) e 99 tiveram a presença do artigo definido (48%), verificou-se que variação do fenômeno em questão existe e o número de casos de ausência de artigo definido diante de antropônimos é ligeiramente maior do que a presença. Já na zona rural de Matipó, foram computadas 414 ocorrências: 344 tiveram a presença de artigo definido (83%) e 70 não foram articuladas (17%); verifica-se que esse também é um fenômeno variável na cidade de Matipó, mas que a diferença sintática com relação à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos é bastante acentuada.

Com relação ao gênero, em Abre Campo, as mulheres usam mais a presença de artigo diante de antropônimo (56%) do que os homens (43%) com relação aos antropônimos. Em Matipó, por sua vez, com relação aos antropônimos são os homens que mais utilizam o artigo definido (90%) do que as mulheres (80%).

Em Abre Campo, o fator idade não foi determinante para a análise do fenômeno em questão; o uso do artigo definido diante dos antropônimos não parece ser motivado pelo fator idade. Já em Matipó, o fator idade influi no emprego diante de antropônimos fica claro que tanto os idosos (79%) quanto os jovens (90%) tendem a utilizar mais o artigo definido nesses contextos, sendo que estes últimos, tendem a utilizar um pouco mais.

Ao analisar se o tipo de antropônimo utilizado pelo informante seria fator responsável pelo fenômeno de variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos, verificou-se que em Abre Campo, o número maior de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa: 46% dos casos apresentaram presença de artigo e 54% de ausência; com relação ao nome completo, houve 46% de presença e 54% de ausência; os hipocorísticos, por sua vez, tiveram 58% de presença e 42% de ausência, o que é interessante; pois, se é o fator intimidade que realmente controla a ausência ou a presença de artigo diante dos antropônimos, são os hipocorísticos os antropônimos que possuem uma carga maior de intimidade ou familiaridade. Com relação à Matipó, percebe-se que o maior número de ocorrências está relacionado ao nome próprio de pessoa; dessas ocorrências, 88% foram articuladas e 12% não; esse número é seguido pelos hipocorísticos, neles encontramos 84% de presença de artigo definido e 16% de ausência; o maior percentual de artigo ocorreu relacionado aos sobrenomes (93%). Os apelidos tiveram 71% de presença de artigo e os nomes completos 66%.

O fator grau de intimidade do informante com relação ao antropônimo a que se refere visto não só pelas gramáticas tradicionais como determinante para o uso ou não do artigo definido diante dos antropônimos, mas também por Amaral (2007), foi analisado com o intuito de que se comprovasse ou não essa afirmação. Segundo os gramáticos tradicionais o uso do artigo definido diante dos nomes próprios de pessoa denota um tom de familiaridade ou afetividade;

assim, antepõe-se o artigo definido diante de antropônimos com o intuito de marcar intimidade. Para Amaral (2007), os falantes usam a variante não predominante, seja ela a ausência ou a presença, para fazer referência a pessoas com as quais não têm nenhum grau de intimidade e a variação predominante para fazer referência às pessoas com as quais possui contato. Verificou-se, em Abre Campo, que o fator intimidade não interfere na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos com relação a pessoas mais distantes (50%) e interfere ligeiramente com relação a pessoas mais próximas (53% de ausência). Já em Matipó, percebe-se que o artigo é predominante tanto no emprego com relação a pessoas mais próximas quanto no emprego com relação a pessoas mais distantes, sendo um pouco mais relevante no primeiro caso; em contrapartida, ao se analisar apenas a ausência nessa mesma localidade, fica claro que quando se trata de pessoa mais distante, os falantes empregam muito mais a ausência de artigo definido (29%), ao passo que, ao se referirem a pessoas mais próximas, empregam muito menos essa ausência (11%).

Com relação à ausência/presença de artigo definido nas ocorrências de antropônimos em estruturas de genitivo, verifica-se que o uso é bem diferente nas duas localidades. Em Abre Campo, há uma ligeira tendência ao uso de artigo definido (54%); enquanto que, em Matipó, a presença de artigo definido nesse tipo de estrutura é quase absoluta (91%). Essa diferença de percentual explica o “estranhamento” percebido por certos falantes e que aparece como marca de distinção da fala dos moradores dessas localidades.

A última análise realizada diz respeito às redes sociais das comunidades pesquisadas; para Milroy (1980), as redes sociais representam a organização social, ajudando a esclarecer os mecanismos sociais diários que levam os indivíduos a manter sua modalidade de fala, ou seja, que reforçam seu comportamento linguístico. Foram controladas diferenças com relação a densidade e a multiplexidade; verificou-se que nas duas localidades as redes sociais são densas e múltiplas, formadas a partir de laços fortes, uma vez que todos os indivíduos se conhecem e quase todos partilham de pelo menos mais de um tipo de relação. É justamente isso que faz com que, apesar de serem localidades limítrofes, os dois córregos estudados – Córrego do Pouso Alto, em Abre Campo, e o Córrego dos Lourenços,

em Matipó – apresentem padrões linguísticos diferentes no que diz respeito à ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos. São as redes densas e múltiplas, formadas por laços fortes, que são as responsáveis pela estabilidade da língua e que mantém o vernáculo de cada localidade resistente às pressões linguísticas e sociais de outros grupos; apesar de tão próximas, as redes sociais possuem laços fortes o suficiente para resistirem às pressões do grupo vizinho e manter estável a norma linguística da comunidade.

8. Considerações finais

Baseada na hipótese defendida por Mendes (2000) de que a comunidade de Barra Longa faz uso de uma estrutura pretérita, que pertenciam à estrutura do sistema linguístico dos séculos XVII e XIX e que tanto a língua escrita pretérita quanto a língua oral dessa comunidade “retiveram uma estrutura pretérita da língua latina”. (2000: p. 149), acredito que a fala dos moradores de Abre Campo também apresenta um resquício de uma forma pretérita de língua, principalmente, ao se tratar de casos de genitivo. Já a fala dos moradores de Matipó não reteve essa estrutura, apresentando a presença do artigo definido nesse contexto de antropônimo. A explicação para isso está no fato de que, apesar de tanto as cidades como os córregos analisados são vizinhos limítrofes, as redes sociais em que esses indivíduos estão envolvidos são diferenciadas, cada uma delas possui laços extremamente fortes, o que fez com que o padrão de cada localidade mantenha-se e seja capaz de resistir às pressões externas de outros grupos.

É interessante ressaltar, que a prescrição de todas as gramáticas analisadas, não é suficiente para explicar o emprego ou não do artigo, uma vez que o fator intimidade não foi determinante. Por outro lado, percebeu-se que certos fatores como se o antropônimo pertence ou não a estrutura de genitivo e gênero nas duas localidades, o fator idade em Matipó foram condicionantes desse processo de variação.

A hipótese inicial da pesquisa foi comprovada, pois ficou provado que, apesar de serem vizinhos limítrofes, não só os municípios como também os córregos apresentam padrões divergentes no

que diz respeito ao emprego ou não do artigo definido diante de antropônimos, sendo que a fala dos moradores da zona rural de Matipó apresenta mais a presença de artigo definido do que a fala dos moradores da zona rural de Abre Campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais*: Campanha, Minas Novas e Paracatu. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BARROS, João de. Dos artigos. In: *Gramática da língua portuguesa – cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similada por BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Lisboa, 1971.

BECHARA, Ivanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.) *Diversidade de linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

CÂMARA JR, J. Mattos. Morfologia pronominal. In: *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

CUNHA, Celso Ferreira. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fename, 1975.

CUNHA, C e CINTRA L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DU BOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

IORDAN, I.; MANOLIU, M. *Manual de lingüística románica*. Madrid: Gredos, 1972.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LLORACH, Emílio Alarcos. *Estúdios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1970.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistic*. New York: Cambridge University Press- London, 1968.

_____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLLICA, M. C. Sociolinguística: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C. (Org.). *Introdução à sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992, p. 13-15.

MILROY, James. *Linguistic, variation e change. On the historical sociolinguistic of English*. GB: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. (1980). Massachusetts, Blackwell, 1980.

MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistic Method and Interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1922.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração de um Atlas linguístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, MEC, 1963.

____. Dialectologia. In: Houaiss, Antônio. *Enciclopédia mirador Internacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1980, pp. 3.298-3.304. v.7.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.